

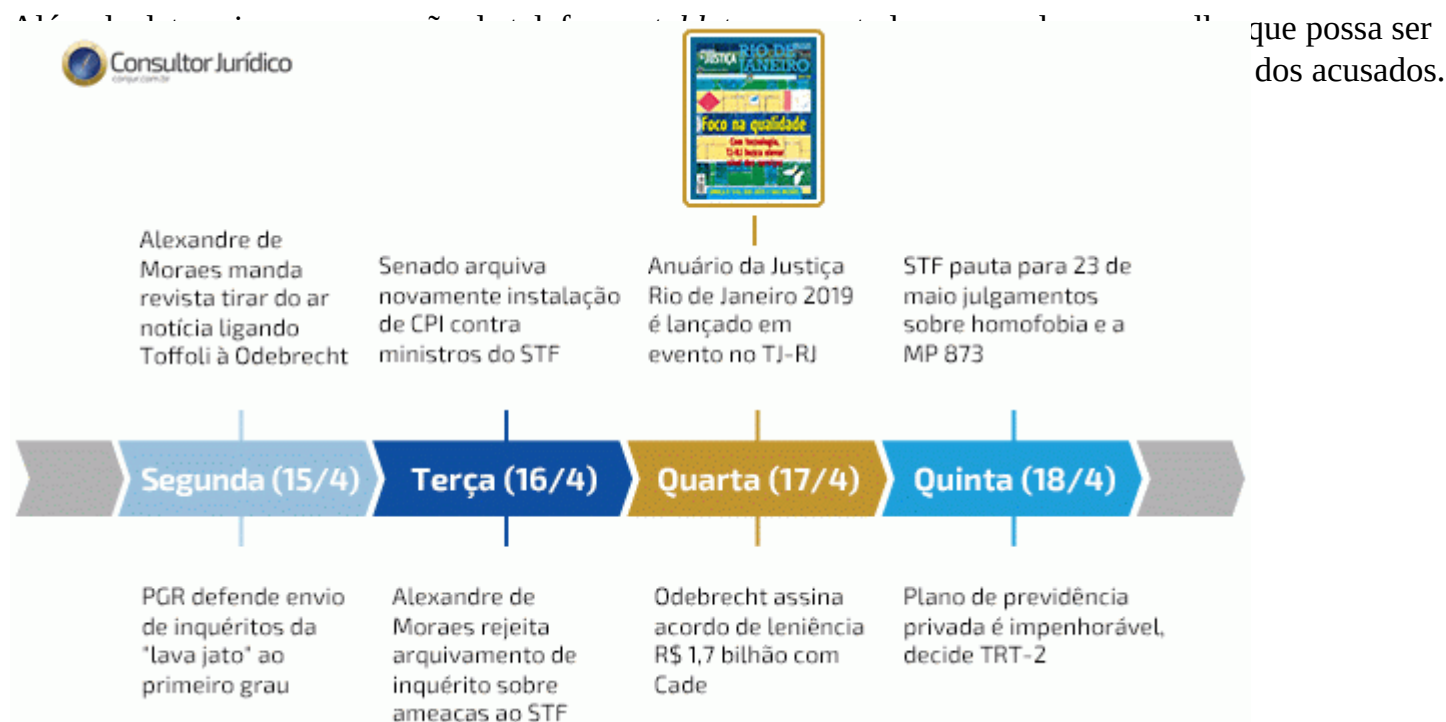
Decisões sobre inquérito instaurado por Toffoli foram destaque

O inquérito instaurado pelo ministro Dias Toffoli para investigar ofensas e ameaças ao Supremo Tribunal Federal continua sendo o responsável por jogar holofotes sobre a corte. A revista digital *Crusoé* havia publicado que, em sua delação premiada, Marcelo Odebrecht fez menção ao ministro Dias Toffoli. O ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito, mandou a revista [tirar a notícia do ar](#). Depois [reconsiderou a decisão](#) e liberou a publicação, negando que se tratasse de censura, como os diretores da revista alegaram.

Menos de uma hora depois, Toffoli [cassou decisão](#) do ministro Luiz Fux que havia proibido a jornalista Mônica Bergamo, do jornal *Folha de S.Paulo*, de entrevistar o ex-presidente Lula.

No dia anterior, a Procuradoria-Geral da República pediu o [arquivamento](#) do inquérito, argumentando que o Judiciário não pode iniciar investigações de ofício. Alexandre [rejeitou](#) o pedido, chamando-o de genérico, sem apontar razões para o arquivamento e baseado apenas na tese de que o Ministério Público é titular da ação penal.

Também nesta semana, o ministro [autorizou](#) busca e apreensão em endereços de sete pessoas que, segundo a corte, utilizaram redes sociais para atacar o STF e os ministros. Na decisão, ele especifica o endereço de cada investigado, mas diz que a busca pode se estender a outros que forem descobertos durante as diligências.



Anuário da Justiça Rio de Janeiro 2019

A **ConJur** lançou, nesta quarta-feira (17/4), a edição 2019 do **Anuário da Justiça Rio de Janeiro**. A publicação foi [elogiada](#) pelo presidente do TJ-RJ, desembargador Cláudio de Mello Tavares: "A publicação, verdadeiro clássico da produção jurídica nacional, se revela como um autêntico manual para os operadores do Direito e reúne análise pormenorizada de todos os membros dessa corte, esclarecendo seus posicionamentos e votos mais notórios".

O **Anuário** traz um retrato do Judiciário fluminense, com o perfil dos 180 desembargadores que integram a corte, dados sobre a produtividade e trechos selecionados de decisões que apontam tendências de julgamento.

O panorama fica ainda mais completo com a publicação do Placar de Votação, que mostra de forma clara e direta o posicionamento dos magistrados nos processos de maior impacto no governo e na vida dos cidadãos do estado.

Frase da semana

O sistema penal acusatório estabelece a intransponível separação de funções na persecução criminal: um órgão acusa, outro defende e outro julga. Não admite que o órgão que julgue seja o mesmo que investigue e acuse"

Raquel Dodge, procuradora-geral da República, ao [arquivar](#) o inquérito instaurado pelo STF contra ataques à corte e aos ministros

Entrevistas da semana



Para o secretário especial da Previdência, Bruno Bianco, as críticas à

reforma da Previdência proposta pelo governo são mal informadas ou mal-intencionadas. A principal reclamação, de que a reforma pretende retirar direitos dos trabalhadores para enviar dinheiro para bancos, é, segundo Bianco, falaciosa.

O principal ponto da proposta do governo, diz, é criar um modelo progressivo de contribuição previdenciária, incidente por faixa de renda. Com isso, garante o secretário, em [entrevista exclusiva](#) à **ConJur**, quem ganha mais paga mais, e quem ganha menos contribui com menos.

Spacca



A reportagem também [conversou](#) com o juiz **Rafael Estrela**, titular da Vara

de Execuções Penais (VEP) do Rio de Janeiro. Segundo ele, para combater a criminalidade, não basta endurecer as leis e aumentar o encarceramento: é preciso investir seriamente na ressocialização dos presos, oferecendo-lhes estudo e trabalho. O problema é que o Executivo não prioriza essas medidas, diz.

O juiz também diz acreditar que, em regra, a pena de prisão deve ficar restrita àqueles que cometeram crime com violência ou grave ameaça. Em casos de corrupção, por exemplo, o foco deve estar na devolução dos valores desviados, não no encarceramento, avalia. Nesse sentido, Estrela opina que o pacote “anticrime” apresentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública deve diferenciar a grande corrupção daquela cotidiana, de forma a não punir com rigor desproporcional os que praticarem esta.

Ranking

ConJur

Audiência
De 12 a 18/4



2,2 milhão

número de visualizações
de página na ConJur



1,2 mil

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

Com 57,4 mil acessos, a [notícia mais lida](#) fala sobre a decisão da OAB de

Minas Gerais de reunir os advogados de João Monlevade para ouvir reclamações de abusos por parte do juiz da vara criminal local Rodrigo Braga Ramos.

O estopim para a reunião foi um vídeo que passou a ser compartilhado em grupos de WhatsApp de advogados de todo o Brasil. Nele, o juiz grita e ameaça uma testemunha, chegando ao ponto de ofendê-la, mandando-a calar a boca.

O [segundo texto mais lido](#), com 53,2 mil acessos, foi a notícia sobre o contrato firmado pela OAB com a empresa Deloitte para implementar o programa Anuidade Zero, que permite que advogados troquem pontos por descontos em anuidades. A medida já existe em seccionais, e a expectativa é que a ação comece a funcionar em até 90 dias em todo o país.

As dez mais lidas

[OAB irá fazer reunião com advogados para ouvir reclamações sobre juiz em MG](#)
[OAB assina contrato com consultoria para implantar Anuidade Zero em 90 dias](#)
[Corregedoria do CNJ manda TJ-MG investigar juiz que humilhou testemunha](#)
[Danilo Gentili é condenado à prisão por injúria contra deputada Maria do Rosário](#)
[Lenio Streck: *Indignai-vos. Em 2019, juiz compara o fórum à sua casa! É dele!*](#)
[Presidente Jair Bolsonaro extingue centenas de conselhos federais](#)
[Veja como o STJ tem julgado casos de indenização por dano moral indireto](#)
[TJ-SP suspende implantação de cartórios unificados e cria comissão para repensar modelo](#)
[É inconstitucional norma que permite que PM apreenda objetos de crime, diz TJ-SP](#)
Coluna "Senso Incomum": [O caso do STF e as fake news: por que temos de ser ortodoxos!](#)

Manchetes da Semana

[Por ter caráter de subsistência, plano de previdência privada é impenhorável](#)
[Indenizações judiciais recebidas por empresa estão sujeitas a IRPJ e CSLL](#)
[Condenações passadas não servem para desvalorar conduta social ou personalidade](#)
[Alexandre de Moraes rejeita arquivamento de inquérito sobre ameaças ao Supremo](#)
[PGR "arquiva" inquérito instaurado por Dias Toffoli contra ofensas a ministros do STF](#)
[Em 2018, 80% das leis questionadas no TJ do Rio foram julgadas inconstitucionais](#)
[Decreto que extingue conselhos pode acabar com Confaz e autorizar guerra fiscal](#)
[TJ-RJ aposta na tecnologia para lidar com demandas de massa e execuções fiscais](#)
[Veja como o STJ tem julgado casos de indenização por dano moral indireto](#)
[Entrevista Bruno Bianco: *"Brasil não investe em saúde e infraestrutura por causa da Previdência"*](#)
[TJ de São Paulo condena estado a pagar honorários advocatícios à Defensoria](#)
[Não cabe agravo contra decisão que afasta ilegitimidade passiva de litisconsorte](#)

Date Created

20/04/2019